

Estamos em greve contra o desmonte!

Os docentes da USP entraram em greve em 30/5, contra o desmonte da universidade, em cumprimento de decisão tomada na Assembleia Geral (AG) de 23/5. A AG seguinte, em 31/5, aprovou a continuidade do movimento e um pedido a toda a categoria, inclusive aos docentes não mobilizados, para que não entreguem as notas do semestre. Nova AG foi convocada para 8/6 (depois do fechamento desta edição).

Os eixos da greve incluem a retirada do conjunto das propostas da Reitoria sobre “carreira docente” e avaliação institucional (“Estatuto do Docente” e “Nova CPA”, vide <http://goo.gl/HmKsDf>); a recusa ao arrocho salarial substancializado na proposta do Cruesp de 3% de reajuste; a contratação imediata de docentes e funcionários técnico-administrativos para recompor o quadro funcional da universidade; a exigência de abertura de todas as contas da universidade; a rejeição das manobras contábeis do governo estadual, sempre reiteradas, que implicam redução do repasse de ICMS às universidades públicas estaduais; um “não!” à destruição do patrimônio da USP, destruição que se expressa nos ataques ao Hospital Universitário (HU), ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), às Creches e à Escola de Aplicação, entre outros; e, por fim, a defesa da autonomia da universidade.

O movimento começou a se desenhar na AG de 16/5, que aprovou o indicativo de greve, frente à proposta do Cruesp de 3% de reajuste, apesar da inflação em torno de 10% no período. Contudo, a disposição da categoria de entrar em greve intensificou-se na medida em que um número cada vez maior de colegas, departamentos e congregações passou a inteirar-se do projeto da Reitoria de centralizar ao máximo a avaliação, por meio do “Estatuto do Docente” e da “Nova CPA”.

“Desrespeito”. Realizada no mesmo dia em que a categoria entrava em greve, a segunda (e deprimente) reunião deste ano entre Cruesp e Fórum das Seis



Daniel Garcia

Assembleia Geral de 31/5

apontou para um conflito ainda mais duro que o ocorrido em 2014. “Houve um clima de desrespeito às entidades na mesa de negociação, o que aponta a perspectiva de destruição do Cruesp”, relatou à AG de 31/5 a professora Kimi Tomizaki, diretora da Adusp que, ao lado do professor César Minto, representou a entidade na bancada do Fórum (**vide reportagem na p.3**).

A docente lembrou que, enquanto USP, Unesp e Unicamp precisam de mais recursos, o governo estadual dá “mordidas” no ICMS, subtraindo das contas valores que deveriam entrar na base de cálculo dos repasses. Embora as universidades tenham chegado a uma situação-limite, observou Kimi, a USP ainda dispunha de R\$ 1,445 bilhão em caixa em 31/12/15, valor “suficiente para não nos arrochar e ainda garantir as creches”, comentou ela.

O professor Ciro Correia (IGc) concordou: “As reservas que ainda existem devem priorizar o pagamento dos funcionários e docentes”. É inaceitável, disse, que se repita o que ocorreu em 2014, quando a Reitoria, tendo proposto reajuste zero em razão de suposta crise financeira, “queimou centenas de milhões de reais pagando obras”, e depois implantou o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que consumiu R\$ 280 milhões.

“Cortar salários”. A AG de 31/5 examinou, igualmente, a questão das propostas da Reitoria para avaliação e carreira, bem co-

mo o acelerado desmonte da USP provocado por cortes e outras medidas da Reitoria. O professor Luis Galeão citou debate organizado pela Congregação do IP, no qual o professor Ricardo Terra (FFLCH), representante da Reitoria, chocou os docentes ao afirmar, por exemplo, que “a Congregação da FFLCH fala bobagens” (<http://goo.gl/LzHJn0>). “Os reitores querem cortar os nossos salários com a Nova CPA”, advertiu Galeão.

Outro debate mencionado — do qual participou, a convite, o professor Adrián Fanjul (FFLCH) — reuniu mais de vinte docentes na FSP e resultou na elaboração e envio de um abaixo-assinado de repúdio à “Nova CPA”, entregue ao diretor da unidade. Ainda sobre a nova comissão, foi dito de modo bem-humorado que ela merece um *slogan* inspirado nos anos setenta: “USP, ame-a ou deixe-a”. “O programa de avaliação é tipicamente privado”, assinalou o professor Jorge Souto Maior (FD).

Também marcante na AG de 31/5 foi o depoimento de uma professora doutora da Faculdade de Educação, que recebe R\$ 1.700 para trabalhar em regime de 12 horas por semana, em contrato com duração de um ano renovável por mais um. “Os professores já não conseguem mais fazer parte da estrutura da universidade”, disse ela.

A pressão da Codage sobre diretores e chefias para que cortem o ponto dos funcionários em greve foi denunciada na assembleia de 31/5 como grave atentado ao direi-

to constitucional de greve, recebendo por isso moção de repúdio.

Dificuldade. O Encontro de Professores da USP, realizado em 6/6 no Centro de Difusão Internacional, por iniciativa dos representantes dos segmentos docentes no Conselho Universitário (de professores doutores, professores associados e professores titulares), cuja atividade única consistiu num debate sobre carreira e avaliação, evidenciou imensa dificuldade dos representantes da Reitoria para sustentar as propostas em questão.

O debate opôs Maria Paula Dallari Bucci (FD) e Ricardo Terra, ambos membros da comissão de sete integrantes nomeada pelo reitor para propor reformas do Estatuto, ao professor Ciro Correia, representante da Adusp. Centenas de docentes compareceram e houve muitas intervenções do plenário, na sua grande maioria antagônicas à “Nova CPA” e ao “Estatuto do Docente”. Ao final, diante da possível formulação de propostas alternativas, anunciada por alguns docentes, Maria Paula (que é a responsável final pela formatação jurídica das propostas da Reitoria) chegou a declarar: “Se vier uma proposta do zero, eu não tenho objeção” (**vide reportagem na p. 4**).

O reitor adiou a decisão sobre a reforma, antes agendada para votação no Co em 28/6, para final de agosto. Mas o que a AG de 31/5 e os docentes presentes ao Encontro exigem é a retirada das propostas: “Abaixo essa carreira!”.

No Co de 24/5, reitor impediu votação de propostas de reajuste acima de 3%

O Conselho Universitário (Co) reuniu-se extraordinariamente em 24/5, para tratar exclusivamente da definição do reajuste salarial de docentes e funcionários técnico-administrativos da USP. A medida vincula-se aos planos da gestão M.A. Zago-V. Agopyan de esvaziamento do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

Apesar de sua retórica sobre transferir a decisão do reajuste para o colegiado, o reitor comportou-se de forma extremamente autoritária na reunião: impediu que fossem a voto as diversas propostas de reajuste — apresentadas por representantes de congregações e dos funcionários — com índices superiores ao definido no Cruesp, de 3%.

Assim, o Co limitou-se a referendar os 3% de reajuste propostos pelo Cruesp, em contraposição à proposta apresentada pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), de zero por cento de reajuste. O índice sugerido pelos reitores recebeu 66 votos, contra 17 conferidos à proposta da COP. Abstiveram-se 16 conselheiros: docentes, funcionários e estudantes.

“Dificuldades”. Na intervenção inicial, o reitor declarou que “as três universidades estaduais paulistas têm uma coisa em comum: todas enfrentam dificuldades financeiras”, ressaltando que apesar disso “há uma diferença na situação específica de cada uma das universidades”. Assim, continuou, “concordamos em fazer uma oferta de reajuste de 3%”, a qual “cabe eventualmente no orçamento” da USP, Unesp e Unicamp.

“Acordamos este índice e é ele que eu trouxe para avaliação por parte deste conselho”, prosseguiu. “O alerta que a COP nos traz precisa ser considerado com toda a atenção. O que eles estão dizendo é: não há condições de nem mesmo um reajuste de 3%”.

O reitor explanou longamente, procurando influir na votação, apesar de alegar o contrário (“Não me cabe orientar o Conselho Universitário, mas...”). Ele depreciou o Cruesp como fórum institucional capaz de negociar e deliberar a respeito de reajustes unificados.

“Eu vou ler o decreto de criação do Cruesp [26.914/1987], para que fique claro para todos que o Cruesp não é um órgão deliberativo e não existe hierarquia entre Cruesp e as reitorias”. Após a leitura, acrescentou: “Portanto, o Cruesp é um órgão de integração, de assessoramento do governador, e com o tempo, entenderam os reitores que poderia servir como instrumento para tentar dar isonomia ao tratamento salarial entre as universidades. Jamais passou pela cabeça de quem criou, ou pela cabeça de quem frequenta o Cruesp, que tal órgão tivesse qualquer atividade no sentido de tomar decisões com relação a qualquer coisa que diz respeito às universidades”.

Ele se referiu à “experiência amarga nos anos passados, em que reajuste e outros benefícios foram concedidos sem que o Co estivesse plenamente consciente do que estava acontecendo”. Reduziu a questão da contratação de docentes a um problema contábil: “Querem contratar novos docentes? Eu também quero. Eu acho fundamental para a vida da universidade. Quanto custa um docente novo? R\$ 153 mil ao ano. Façam as contas!”

Recusa imperial. Bruno Sperb Rocha, representante dos funcionários, apresentou uma tripla moção de encaminhamento: 1) “que o Conselho possa liberar o reitor para negociar. Ou seja, não fixar aqui um percentual. É o que acaba de ser aprovado no Co da Unesp por 45 votos contra 25”; 2) “se o Conselho votar sim ou não ao parecer da COP, no caso de vencer o não, que se ponha em votação tanto a proposta do Cruesp quanto a reivindicada pelo Fórum da Seis (12,34%)”; 3) “se nenhuma das minhas moções for acatada, queria adiantar que não podendo me manifestar pelo 12,34% eu já declaro que é esse o conteúdo da minha abstenção, e proponho a todos os conselheiros fazer dessa forma”.

M.A. Zago recusou-se a acatar esse encaminhamento. “As três propostas estão denegadas, e eu explico por que. Não farei qualquer negociação sem um índice definido por este conselho. Particularmente, propostas que vão

além de 3%: eu já encontrei dentro da universidade, em seus órgãos representativos, uma resistência à aceitação”.

Continuou: “Para mim, é lícito entender que aqueles que rejeitam o parecer da COP são pessoas que acham que tem que dar algum reajuste e o limite desse reajuste possível é de 3%. Quem for favorável ao reajuste de 3%, votará ‘não’; quem entender que não deve se dar um reajuste, deve votar ‘sim’; e aqueles que se abstiverem é porque não estão de acordo com nada e esperam que um dia o mundo mude”.

Abstenções. O abuso de poder do reitor, definindo ele próprio um “teto” para as propostas de reajuste do Co, provocou críticas de conselheiros que tiveram de se abster.

“O professor Zago colocou em votação o parecer da COP, contrário à concessão de reajuste de 3%. Houve várias propostas alternativas, mas o sr. reitor decidiu não submetê-las ao plenário. Na votação, ganhou por larga margem a proposta de rejeitar o parecer da COP e conceder 3% de reajuste. Abstive-me, por entender que as demais propostas alternativas, levantadas por diversas congregações (FE, IP, EE), também deveriam ir a votação”, declarou ao *Informativo Adusp* o professor Marcelo Ferreira, representante da Congregação do ICB.

“Pessoalmente acho mais apropriado que uma decisão sobre reajuste salarial passe pelo Co em vez de ser tomada monocraticamente”, ponderou Ferreira. “No entanto, é preciso lembrar que quase a metade do Co é composta por representantes de congregações. Portanto, é preciso que as congregações tenham o hábito de discutir os temas levados ao Co (inclusive os índices de reajuste salarial) para que essa representação de fato funcione”.

“A reunião do Co de 24/5 seria uma oportunidade magnífica para a atual gestão e o Co entenderem que mais importante do que as questões propriamente financeiras é que a Universidade de São Paulo possa neste momento dialogar com a comunidade universitária”, comentou a professora Ana Loffredo, representante do IP e que também se absteve

na votação. “A questão não é apenas a gente ver se vai dar 3% ou 0%, e sim abrir o diálogo com as categorias”.

“Jogo de cena”. Bruno Sperb Rocha, membro do Co e diretor do Sintusp, acredita que o parecer da COP é fruto de uma encenação: “A divergência entre o reitor, como parte do Cruesp, e a COP, serviu como um jogo de cena para que o reitor se localizasse como generoso, como quem está fazendo mais do que o possível. Na verdade, é uma proposta que o próprio Cruesp, na reunião de negociação, chamou de ‘ridícula’. Por isso, eu propus como encaminhamento que fosse posta em votação, caso o parecer da COP propondo 0% fosse recusado, não só a proposta de 3% do Cruesp, mas a proposta do Fórum das Seis de 12,34% de reajuste”.

Fabiana Oliveira, representante discente (RD) dos pós-graduandos, atribui a atitude da Reitoria à lógica que orienta a atual gestão: “as crises são aproveitadas para a implementação de um outro modelo de universidade”. Explica por que se absteve: “Diversos conselheiros apresentaram outras soluções, com a sugestão de que também fossem submetidas a votação, mas o reitor as ignorou. Qualquer reajuste que não permita ao trabalhador recuperar a capacidade de consumo tolhida pela inflação acumulada fatalmente nos levará ao mesmo impasse em que nos vimos em 2014”.

No entender do pós-graduando Douglas Anfra, também RD, “a abstenção se mostrou como a única posição possível de um ponto de vista democrático e republicano”. A seu ver, a postura do reitor é “coerente com a demonstração de desrespeito no tratamento dos conselheiros que representam funcionários e estudantes”, e “não inova em relação às posturas políticas da Reitoria frente a qualquer manifestação de discordância, que vai, desde o comentário a cada fala de conselheiro, construindo oposições em que coloca a sua posição como a única racional e cabível”. Ele criticou o modo jocoso como o reitor se referiu às propostas alternativas.

Reitores insistiram nos 3%, mas Unesp só paga “quando puder”

A reunião de 30/5 entre Fórum das Seis e Cruesp foi uma das mais degradantes desde que este órgão foi criado. Os reitores da Unicamp, José Tadeu Jorge (presidente do Cruesp) e da USP, M.A. Zago, ausentaram-se. Para representar Tadeu Jorge foi escalado Álvaro Crósta, vice-reitor da Unicamp, e no lugar do reitor da USP compareceram os professores Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação, e Rudinei Toneto Júnior, da Coordenadoria de Administração.

Não houve negociação. Crósta e Carlotti insistiram no índice de reajuste de 3% como o máximo possível na conjuntura, repetindo o discurso das universidades na reunião anterior. O único reitor presente, Júlio Cezar Durigan, avisou: “A Unesp concorda com os 3%, mas não pode pagar agora, vai pagar quando puder”. No decorrer do debate, Durigan irritou-se com as críticas que sofreu. Gritou, bateu boca com representantes do Fórum das Seis e protagonizou um destempero ímpar na história de negociações entre o Cruesp e as entidades.

A bancada do Cruesp alegou que a queda na arrecadação do ICMS, informada recentemente pelo governo estadual, “reforça a posição dos 3% que foi colocada na mesa de negociações”. Reconheceu, porém, que esse índice é “bastante aquém da inflação do período”.

Carlotti informou que o Co da USP decidiu favoravelmente aos 3%. Durigan evitou admitir que foi contrariado pelo Conselho Universitário da Unesp, que decidiu, em 23/5, não se pronunciar sobre o índice a ser negociado — a pretensão do reitor era que o colegiado fosse contrário a qualquer reajuste. “Na reunião do Conselho Universitário da Unesp foi decidido que o conselho não deveria se pronunciar, e consequentemente decidir, a respeito desse reajuste. Devolveu a responsabilidade ao reitor, para que decidisse isso na mesa de negociação”, declarou Durigan ao Fórum das Seis.

Insuficientes. O professor João Chaves, presidente da Adunesp, falando pela coordenação do Fórum das Seis, lamentou a ausência do presidente do Cruesp e do reitor da USP em momento tão importante para as três universidades, e condenou “a tentativa de colocar o Co na mesa de negociação”. “A co-

munidade considera os 3% insuficientes e solicita aos reitores que voltem a estudar o orçamento e conosco fazer gestões junto ao governo estadual, junto à assembleia legislativa, para elevar os recursos que são transferidos para as universidades públicas”.

A seguir pronunciou-se o presidente da Adusp, professor César Minto, que fez uma crítica à atitude dos reitores: “Vocês mencionaram alguns estudos, feitos por órgãos das universidades, e já faz décadas que a gente traz para essa mesa estudos que o Fórum das Seis faz, que mostram claramente ser impossível dar continuidade aos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nas universidades sem mais recursos para USP, Unesp e Unicamp. Não faz muito tempo publicamos [o livro] *Aritmética, Política e Universidade* onde tratamos claramente disso. É muito curioso que o Cruesp não leva a sério esses estudos. Pelo contrário: sequer se dá conta de trabalhar de uma maneira planejada”.

Deu como exemplo, então, o pedido de informações à Reitoria sobre os impactos da PEC 139/15: “Fizemos um ofício à USP perguntando: ‘Diante da PEC 139, que pode acabar com o abono de permanência, queremos estar informados de quantos são os servidores, tanto docentes como técnico-administrativos, que usufruem do abono de permanência, porque se a PEC passa é muito provável que um número significativo desses servidores peça aposentadoria’. Não temos nem essa resposta”.

Ele afirmou que o Cruesp trabalha sem planejamento: “Vocês fazem uma opção clara de funcionarem, as três universidades, à

base dos salários dos servidores, docentes e técnico-administrativos. Ou seja, repetem aquela velha história: trabalham dentro das universidades como se fossem representantes do governo do Estado, e não o contrário: representantes das universidades diante do governo do Estado e da sociedade paulista. Essa coisa tem limites, e está chegando no topo”.

Desmedida. Outra intervenção contundente foi a de João de Oliveira, do Sintunesp e da coordenação do Fórum, que a maior

parte do tempo dirigiu-se diretamente ao reitor Durigan:

“Só nos cabe lamentar essa decisão [sobre o reajuste], principalmente a Unesp tendo o sr. há mais de uma década à frente da administração, e no final da sua gestão, não é professor?, entregar uma universidade sem carreira de professor, sem carreira de servidor, sem condição de con-

tratamento, uma expansão desmedida, uma expansão irresponsável, uma unidade nova com um dos cursos mais caros do país a se iniciar no segundo semestre... Eu não consigo chamar isso de gestão responsável”.

Ainda dirigindo-se ao reitor, Oliveira classificou como “de grande valia a resposta do Conselho Universitário à sua solicitação, professor, dizendo que salários, data-base, se trata em mesa de negociação, e se trata aqui [no Cruesp]”. “Dito isto, professor, não tem outra saída a não ser a paralisação total da Unesp”. E acrescentou: “O salário dos servidores na Unesp é o menor. O sr. dá a isonomia por encerrada, como se fosse uma balela”.

A Unesp, continuou o representante do Sintunesp, “não tem competência, não tem planeja-

mento, não o fez assim como as outras duas também não o fizeram”. Para ele, as reitorias estão desmanchando a estrutura pública, “além de dar argumentos para que a *Folha de S. Paulo* publique que os senhores deverão contratar caixas para poder receber a mensalidade dos estudantes”.

“Fica quieto!” Ao responder às críticas de Oliveira (e também às de Nely Wada, diretora do Sintusp), Durigan principiou dizendo-se “admirado”, depois afirmou que o representante do Sintunesp “não tem um pingão de crédito, porque ele não tem limite nas palavras”, mas logo desfechou uma série de agressões verbais: “Ele faz umas caretadas... Eu acho que o João precisa ir para o médico”. Nesse momento outras pessoas intervieram, pedindo-lhe moderação. A uma delas, o reitor respondeu de modo grosseiro: “Pera um pouquinho, você fica quieto aí!, você não está falando nada”.

Continuou, tentando rebater a crítica de que “os reitores são culpados de tudo isso”, na sua interpretação: “A culpa é dos reitores, não é da Dilma, não é do Mantega, não é do Alckmin, nada. É dos reitores. Palhaçada! Falar que reitor quer acabar com hospital, que reitor não quer dar reajuste, que reitor quer mandar as pessoas embora. Pára com essa palhaçada, gente, isso é palhaçada”. Acrescentou: “Parem de jogar as coisas no ar. Eu sempre disse que 3% é um absurdo, é muito menos, deveria ser 12[%]. Mas e daí? Vai pedir para o governo do Estado!”

O reitor também ironizou a bancada do Fórum das Seis: “Eu pago para trabalhar na Unesp. Para mim é melhor ficar em Jaboticabal, com meu salário, tranquilo, do que ficar escutando essas bobagens aqui. Estou aqui porque visto a camisa da minha universidade. Ou só vocês que vestem? Os heróis da inconfidência. Reitor não é bandido.”

Este registro não deixa dúvidas quanto à incapacidade do Cruesp em negociar de forma aberta, democrática e respeitosa com o Fórum das Seis. O que dificulta cada vez mais a possibilidade de defender conjuntamente as universidades estaduais de modo condizente com a importância das atividades essenciais que realizam.



Sem diagnóstico e fundamentação, Reitoria não consegue defender propostas no Encontro de 6/6

Após fazer referência a “cirquinho da Adusp”, Ricardo Terra é calado por protestos de docentes

A Reitoria, é bem verdade, esforçou-se. Enviou ao Encontro de Professores da USP, realizado em 6/6 no Centro de Difusão Internacional, uma delegação de peso, encabeçada pelo vice-reitor (e reitor em exercício) V. Agopyan. A missão da equipe, composta ainda por Maria Paula Dallari Bucci, superintendente jurídica da USP, e Ricardo Terra, ex-presidente do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), era provar ao público do Encontro que o “Estatuto do Docente” e a “Nova CPA” (<http://goo.gl/HmKsDf>) são propostas legítimas, adequadas e contam com grande apoio institucional. Não conseguiram: o Encontro foi cenário de enorme rejeição às propostas da Reitoria.

Numa de suas intervenções, o professor Terra, que vem se notabilizando como porta-voz das concepções sobre avaliação e carreira predominantes na gestão M.A.Zago-V. Agopyan, se indispôs com parcela expressiva do público, ao atribuir algumas das críticas recebidas no debate ao “cirquinho da Adusp”. Neste momento, foi alvo de fortes protestos e precisou calar-se.

Coube a V. Agopyan a abertura do evento, realizado por iniciativa dos representantes das categorias docentes no Conselho Universitário (Co) e que reuniu centenas de docentes. Após as apresentações de Maria Paula e Terra, ambos integrantes da comissão nomeada pelo reitor, em defesa das propostas, foi a vez da exposição do professor Ciro Correia, representante da Adusp, que repudiou as propostas e pediu que não fossem levadas a voto no Co. Seguiram-se rodadas de comentários e perguntas do público, entremeadas por respostas da mesa.

A suposta necessidade de atualização da carreira foi pretextada pelo vice-reitor, na sua breve explanação, como justificativa das mudanças propostas pela Reitoria: “Certamente, a atualização da carreira e avaliação docente contribuirá para a melhoria da uni-

versidade, conseqüentemente contribuirá para a melhoria do nosso relacionamento interno”. Disse que o tema foi importante na campanha eleitoral de reitor, “nós colocamos porque as críticas existem e são justas, já que estamos falando de uma metodologia implantada na década de 1980”, portanto “no calor das discussões” da transição democrática. “E agora, com calma, nós podemos analisar”.

Prorrogação. “A pedido de vocês”, concedeu V. Agopyan, “o [reitor M.A.] Zago prorrogou para o Co de agosto analisar as propostas de avaliação e carreira docente. Mas eu quero chamar a atenção para não postergarmos muito, porque se nós não conseguirmos discutir isso este ano, infelizmente ficará para a próxima gestão.”

Defendeu a centralização da avaliação: “Nós temos de pensar no professor dentro do departamento e da unidade. E é a junção da CPA com a antiga CERT e a criação de duas câmaras [CAI e CAD], que conversam entre si continuamente, que vai fazer com que a avaliação não seja descolada. E conforme a política do departamento ou da unidade, é possível ter critérios e diretrizes diferenciadas de docente para docente.” Ainda segundo o vice-reitor, o Co “será o responsável pelos parâmetros de qualidade, que devem ser suficientemente amplos para enquadrar docentes com perfis diferentes”.

Maria Paula, por seu turno, garantiu que a comissão recebeu “uma série de contribuições de várias unidades, mostrando que o debate está acontecendo na universidade”, e “que há interesse pela presença da matéria e de fato, é assunto que a comunidade está abraçando como um assunto a ser construído”. Declarou que “a proposta precisa de aprimoramentos e foi apresentada ao público nesse espírito”. Exemplificou: “Um aspecto que vem sendo trazido, e que a proposta erra ao não deixar claro o suficiente, é



Daniel Garcia

Mesa do Encontro dos Professores, no CDI

que a ideia é incorporar uma cultura de avaliação que a USP já tem”, por exemplo: “a avaliação deve contemplar as áreas”.

Ainda segundo a superintendente jurídica, “a proposta parte da premissa de que a CERT faz um tipo de avaliação muito focada no que era a tônica do momento em que ela foi criada, um momento de estabelecimento e consolidação do RDIDP”, e tenta “alinhar a vida docente a partir daquilo que o professor Vahan já explicitou, em especial a ideia de que o docente tem um projeto acadêmico que vai orientando toda a sua vida, e este guarda uma harmonia com o projeto do departamento e o projeto da unidade”.

Barreira. Ciro iniciou sua exposição lembrando que “a estrutura da carreira deve ser simples e não uma verdadeira barreira de obstáculos”, “nem todos que tem competência acadêmica podem chegar ao topo da carreira”. Ainda segundo Ciro, a estrutura de poder da universidade deve estar dissociada da carreira docente.

Em 2014, quando estavam em discussão a reforma estatutária e a democratização da universidade, “nós apresentamos contribuições com princípios, fundamentações, diagnósticos e propostas objetivas para todas essas questões, nenhuma delas realmente considerada”. Criticou o vídeo que o reitor fez circular na comunidade universitária. Na sua avaliação, a administração deveria era “refletir sobre a oportunidade histórica desperdiçada”, pelo reitor, na condução das reuniões do Co sobre a estrutura de poder, realizadas sob a coordenação da Caeco, em 2014.

Ele situou a origem histórica do atual processo de elaboração das propostas de avaliação docente e institucional, do “final desagregador da gestão Rodas” até a greve de 2014, quando o reitor, em entrevista ao *Estado de S.Paulo* e à *Veja*, “explicita suas premissas para a USP”. Para ele, a postura autoritária de M.A. Zago e os conflitos de interesses no Co foram determinantes para a falência do processo de democratização da universidade, resultando na injustificável criação de grupos como o GT-AD e, posteriormente, a “comissão de sete responsáveis pelas propostas em pauta, atribuindo-lhes nada menos que a incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP”. Três dos sete membros da comissão (Carlos G. Carlotti Jr., Adalberto Fischmann e José R. Cruz e Tucci) são fortemente vinculados a fundações privadas ditas “de apoio”, observou, ao passo que a professora Maria Paula, quando esteve no MEC e agora na Reitoria, vem tomando decisões favoráveis às fundações e aos cursos pagos.

Ciro criticou os diferentes pontos relacionados tanto à estrutura e à composição da “Nova CPA”, quanto da nova avaliação, que introduz o regime probatório de três anos e mantém um período de “acompanhamento” de mais três anos, além de prever avaliação quinquenal para todos os docentes.

“A avaliação inicial será feita tendo por base um formulário de avaliação aprovado pela CAD. Uma Comissão de Avaliação de Estágio será criada sem que maiores detalhes sobre composição sejam da-

continua na página 5

continuação da página 4

dos, exceto que pode conter membros da CAD. Ao departamento caberá apenas elaborar um parecer, com base no referido formulário, que será submetido à Comissão de Avaliação de Estágio a quem competirá a avaliação final”, observou Ciro. “Ou seja, a CAD e a CPA decidirão absolutamente tudo: a composição da comissão de estágio, o formulário de avaliação e a aprovação ou não do referido estágio. Em caso de não aprovação, pode-se interpor recurso à CPA, em última instância. O não acolhimento do recurso implicará exoneração”.

Assim, concluiu, as propostas “impõem um caráter punitivo para os supostos procedimentos de avaliação”; “desmerecem, desqualificam e infantilizam o corpo docente da universidade, inclusive ao tratar a avaliação do trabalho acadêmico como um sistema que opere à base de prêmios e castigos”; “ferem o direito à ampla defesa e ao contraditório”; e “promovem o fim da estabilidade” dos docentes.

Demolição. As intervenções do plenário somaram-se às considerações de Ciro, terminando por demolir as propostas da Reitoria, bem como as apresentações de seus porta-vozes no debate.

Andres Vercik (FZEA) observou não haver coerência entre as apresentações e o teor dos documentos. Destacou a inexistência de um diagnóstico que embase as propostas: “Estamos discutindo a solução de um problema, sem saber qual é o problema”, e



Professor Ciro Correia, representante da Adusp

Daniel Garcia

informou que sua unidade deliberou pela rejeição total dos documentos.

Sônia Kruppa (FE) disse que a avaliação depende de uma escolha, e que esta é um ato político e não técnico: “Não basta que as escolhas sejam legais, elas precisam ter legitimidade”. A seu ver, a Reitoria pretende um processo de centralização inaceitável, porque coloca “nas mãos de um grupo todo-poderoso”, a “Nova CPA”, tanto a atribuição de criar as normas do processo de avaliação, quanto a de conduzir o julgamento.

Manfredo Tabacniks (IF) elencou as críticas feitas por sua unidade, da qual é vice-diretor: “forte viés centralizador, ingerência da administração central nos assuntos da unidade”, pois “o departamento é que deve decidir como tratar o docente, a promoção dos

docentes não deve ser misturada com a avaliação”. Condenou também a inclusão, na “Nova CPA”, dos dirigentes da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani) e da Agência USP de Inovação (Auspín).

Waldir Bevidas (FFLCH) contestou a menção a “uma espécie de ansiedade de avaliação”, feita por V. Agopyan: “Hoje é a primeira vez que se chega a fazer um debate sério. Essa ansiedade não é dos docentes, é do reitor, de levar para seu currículo uma avaliação que pode ser uma tragédia”. Ele exigiu que o debate se faça com “interlocução qualificada”, criticando Terra: “Não podemos ser tratados como circo, a Adusp merece respeito”.

Em resposta às críticas do plenário sobre a falta de diagnóstico, Terra minimizou, fazendo refe-

rência à dispersão das normas referentes à avaliação: “É muito simples o diagnóstico: é consolidar essas legislações”. Também procurou rebater as questões de fundo alinhadas no debate: “Ora, façam propostas. A imaginação é fundamental”.

Maria Paula acenou com a retirada da suspensão de licença-prêmio como punição prevista para docentes mal avaliados, “que tem sido objeto de muitas críticas”. Quanto à possível formulação de propostas alternativas, anunciada por alguns docentes, ela chegou a declarar: “Se vier uma proposta do zero, eu não tenho objeção”.

Ciro reforçou: “Não é possível, não é razoável, não é sustentável que se mantenham esses documentos na pauta do Co. Espero que essas propostas sejam, sim, retiradas de pauta”.

Várias congregações rejeitam propostas *in totum*

Diversas congregações e conselhos departamentais rejeitaram as minutas da Reitoria. Caso da Congregação da FFLCH, que em 20/5 decidiu “que as alterações estatutárias propostas devem ser rejeitadas em bloco”.

Segundo o documento, “a primeira coisa que chama a atenção é o caráter centralizador e antidemocrático da proposta, expresso já na formação das duas câmaras subordinadas que serão responsáveis pelas avaliações, bem como na total falta de anteparos para eventuais abusos de suas decisões”, e no fato de que o reitor “escolhe monocraticamente” os seus membros.

A Congregação rejeita a possibilidade de abertura de processos administrativos contra docentes mal avaliados e a con-

cepção vigente nas minutas, de “autonomia tratada como uma recompensa eventual”, e atividade acadêmica subordinada à “produtividade empresarial”.

Reunida em 20/5, a Congregação da FCFRP rejeitou os documentos e a forma de condução do processo. “No que concerne à avaliação individual, a inexistência de critérios claros e objetivos que valorizem igualmente o tripé da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) causará mais danos do que benefícios. Entendemos que a avaliação individual deve ser ampla e homogênea, incluindo todas as categorias docentes.

O sistema proposto causará danos aos docentes ingressantes”. Acrescenta: o que se propõe nas minutas é “um regime que irá desestimular o docente”.

No entender da Congregação da FCFRP: “A leitura dos documentos enviados sugere que os docentes precisam ser intensamente vigiados e punidos. Nosso entendimento é que a avaliação docente deve ser direcionada para a progressão da carreira e conseqüentemente o crescimento da Universidade. De onde advém esta necessidade de punição?”

Em 16/5, “por unanimidade, e após ampla e profunda discussão”, os docentes do Departamento de Biologia da FFCLRP “repudiaram as minutas propostas e solicitam que nossa Congregação e a Unidade envidem esforços para sua rejeição na forma proposta e na sua maneira de encaminhamento, sem a devida e indispensável aprecia-

ção pelos órgãos departamentais e da Unidade”.

Ainda segundo o colegiado, a minuta de regimento da Nova CPA não oferece “quaisquer justificativas para a necessidade das mudanças substanciais propostas de função, prerrogativas, inserção institucional, conceitos, metodologia de trabalho e implicações das avaliações” da CERT.

O documento critica a “notável inclinação punitiva” das propostas, que sugerem “uma insatisfação patente com o exercício da docência” na USP, “muito embora nenhum diagnóstico de desempenho tenha sido apresentado”, e cita diversos ranqueamentos para atestar que, “paradoxalmente, a USP figura em posição de destaque no cenário nacional e internacional”.

Reitoria age irresponsavelmente e propostas negam a universidade, dizem debatedores

“Avaliação docente e institucional: as novas propostas da Reitoria em discussão - Eficiência ou desmonte?”, debate realizado em 3/6 no auditório Abrahão de Moraes (IF), contou com a participação dos professores Franklin Leopoldo (FFLCH) e Lucília Borsari (IME) e teve como mediador o professor César Minto, presidente da Adusp. Convidada, a Reitoria não se fez representar no debate. Segundo resposta obtida pela secretaria da Adusp, o reitor M.A. Zago não poderia comparecer pois está de férias. Mas nenhum representante seu foi indicado.

Leopoldo deu início ao debate, traçando um retrospecto histórico da carreira na USP. Explicou como o perfil que a instituição assumiu desde a sua criação trouxe “a exigência de um regime de trabalho docente pensado de acordo com requisitos acadêmicos institucionais específicos, adequado aos interesses políticos e econômicos da universidade”.

No entender do professor, “a estruturação da carreira viria a atender mais do que interesses profissionais, mas principalmente a algo que se situava entre o princípio e o fim de uma instituição que estava sendo pensada e gestada como algo novo”. Nesse sentido, a maneira como se configurou o regime de trabalho na USP pode ser descrita como “uma questão de responsabilidade política, a qual nos faz analisar de maneira muito triste a irresponsabilidade e a falta de liberdade com que as coisas estão sendo encaminhadas neste momento pelos órgãos dirigentes”.

Se antes, recordou, entre o conjunto dos docentes havia “uma certa interação, consideradas as diversas diferenças”, atualmente “qualquer tipo de discussão política que envolva a universidade está totalmente sufocada por critérios de caráter imediatista, organizacionais e de gestão”. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) surgiu na “busca pela liberdade de pesquisa e de ensino que este regime trouxe aos docentes, transmitindo uma certa dedicação exclusiva à universidade — dedicação esta que não prendia o

docente a ninguém, mas que nos dava a liberdade de atuarmos na universidade de forma integral e sem que precisássemos partilhar nossas atividades com outras instituições”.

Nesse sentido, a atual defesa do RDIDP corresponde não a “interesses corporativos”, e sim aos reais interesses da universidade; ou seja: “a consciência de que nossa inserção na realidade universitária, no curso de sua história, tem a ver com o alcance e as finalidades a respeito das quais nós temos as nossas ideias, tentando disseminá-las”. No entanto, esclareceu, o tempo decorrido desde o início da luta pelo RDIDP “foi progressivamente obscurecido por uma incompreensão do que se entendia por regime de dedicação integral, criando um certo sentimento de inutilidade em relação aos verdadeiros princípios e finalidades da universidade”.

Leopoldo afirma que nesse ínterim ocorreu um “longo processo de despolitização do papel docente”, prejudicando as discussões acerca da missão e dos princípios da universidade: “Já não estamos mais numa época em que diferentes concepções de universidade e regimes se contrapunham e eram objetos de discussão. Agora, temos a própria discussão vista como algo inútil, que atravança o progresso da universidade, na direção de estabelecer uma forma mais ‘eficiente’ de gestão. É a ideia de que o que vale é uma competência apolítica, ou uma tentativa de se colocar historicamente e socialmente neutro, como um princípio que deveria governar a atividade universitária, notadamente nos cargos de direção”.

Ele concluiu afirmando haver atualmente uma certa “pressão coletiva” para, de forma antagônica, tentar fazer prevalecer os “interesses da universidade”. “Vivemos em um momento em que a competitividade foi exacerbada, na tentativa de transformar o pesquisador em investidor. Assim,



Debate de 3/6 no IF, organizado pela Adusp

Daniel Garcia

é natural que se tenha uma competição desenfreada”, finaliza.

Rebaixamento. Lucília Borsari, por sua vez, apresentou pontos centrais da discussão sobre as propostas de avaliação docente e institucional acumulada pela Adusp nos últimos dois anos. Ela discorreu, inicialmente, sobre o relatório do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), apresentado à universidade no primeiro semestre de 2015. Tal relatório, segundo a professora, “propunha editais de concursos em RTP [Regime de Tempo Parcial]”, nos quais o ingresso e a permanência do docente em RDIDP sofreriam “forte controle por um processo de avaliação docente quinquenal e centralizado”, podendo ter como efeito o rebaixamento salarial (<http://goo.gl/HwYeBU>).

Ela lembrou que o relatório teve seu conteúdo muito questionado, já que não apresentava uma análise crítica que pudesse embasar tais mudanças de regime de trabalho e avaliação docente, nem havia sido amplamente discutido pela comunidade universitária: “A forma como essas propostas foram elaboradas já seria motivo de muita preocupação. As comissões ou grupos de trabalho que se responsabilizaram por elaborar propostas sobre esses temas foram de escolha exclusiva de Zago e se constituíram para colocar em prática um projeto que foi desvendado não em seu programa de gestão, mas nos primeiros meses de seu mandato”.

Lucília criticou o método de composição da nova Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”) e de seus dois órgãos constituintes, Câmara de Avaliação Ins-

tucional (CAI) e Câmara de Atividades Docentes (CAD), pois a escolha dos nove membros que constituem cada uma delas é feita pelo reitor e “apenas homologada pelo Conselho Universitário”.

A docente do IME mencionou aspectos antidemocráticos das propostas, como “serem absurdamente centralizadas na figura do reitor”; pretendem adequar o corpo docente a “um único perfil acadêmico”, bem como a impor um “caráter punitivo para os supostos procedimentos de avaliação, com a abertura de processos administrativos e aplicação de sanções”. Isso, disse ela, fere o “direito à ampla defesa e ao contraditório, com elevação da CPA a instância máxima de recurso”. Promove-se, ainda, “o fim da estabilidade, condição importante para garantir que a liberdade de pensamento e expressão dos docentes não seja ameaçada pelo arbítrio dos poderosos”.

Por fim, Lucília apontou as possíveis consequências decorrentes da aprovação de tais propostas: “instabilidade, adoecimento, ambiente de trabalho hostil e competitivo e a predominância da busca por resultados mais imediatos”. Ou, em outras palavras: “A negação do que tradicionalmente se concebe como universidade, onde deveriam prevalecer a reflexão crítica e pausada, o trabalho colaborativo e de caráter público”.

No final do debate, o presidente da Adusp ressaltou o acerto da escolha dos convidados, instando os presentes a dar continuidade ao debate sobre a temática no âmbito de seus departamentos e unidades.